

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Fala Brasil

• Oito telefonistas passam o dia diante de computadores, no nono andar do Ministério da Educação, registrando os motivos de chamadas que chegam do Brasil inteiro para o 800-616161, que é o número do "Fala Brasil", o programa que permite ao Governo federal acompanhar a chegada, nas escolas de quatro mil municípios, da merenda, dos livros, dos kits tecnológicos e das aulas televisivas que distribui.

O controle popular é uma das chaves do sucesso do trabalho do ministro Paulo Renato. Sem a participação do público, seria impossível fiscalizar a distribuição de milhões de livros didáticos, que, este ano, chegaram pela primeira vez às escolas antes dos estudantes do Primeiro Grau, até a 8ª série. Tampouco se saberia se os prefeitos, que recebem diretamente nas suas contas o dinheiro destinado a comprar a merenda escolar, estão usando corretamente os recursos ou se as aulas do canal exclusivo da TV Escola, em funcionamento desde janeiro, estão cumprindo a função de reciclar as professoras. Diz Paulo Renato:

— A descentralização dos recursos da educação foi difícil de implantar através de uma burocracia como a nossa, que tem desde sempre a cultura da centralização. Mas, uma vez implantada, todos estão vendo as suas vantagens, como antes viram em São Paulo, durante o Governo Montoro, que foi o primeiro a tentá-la.

— Inicialmente, foi preciso estabelecer critérios iguais para todos, critérios que, uma vez aceitos, permitiram que o ministério ampliasse os seus convênios com os municípios de 1.600 para quatro mil.

— Por exemplo: calculou-se que poderíamos dar para a merenda escolar 13 centavos por dia e por aluno, no Brasil inteiro. Parece pouco, mas não é. Bem gerido, esse dinheiro é suficiente e há até municípios onde ele sobra, porque as prefeituras fazem hortas comunitárias e inventam outras formas de complementação das refeições. Hoje, temos pequenos municípios pobres onde os recursos do Ministério da Educação são tão importantes como o dinheiro do Fundo de Participação de Estados e Municípios.

— Outra vantagem é diminuir enormemente as possibilidades de roubo ou de desvios. Vez por outra telefonam queixando-se do prefeito, que estaria dizendo pela cidade que é ele quem dá a merenda. Não tem importância. É impossível implementar um programa deste tamanho sem que alguém queira tirar dividendos políticos. Quando a denúncia é de retenção de recursos, mandamos fiscalizar. Mas esses casos são raros, porque mandamos afixar nas agências dos Correios listas com os nomes das escolas e a quantia a elas destinadas, para que a população se informe. Com isso, a pressão dos deputados diminuiu enormemente, o que é bom para o ministro.

Em três meses de funcionamento, de segunda a sexta-feira, o "Fala Brasil" recebeu 22 mil ligações, a grande maioria de reclamações. O número é crescente, tendo passado de 1.734 chamadas em janeiro para 13.787 em março, quando o

ano letivo começou em todos os estados, o que dá uma média de 656 chamadas por dia útil. São Paulo, com mais de cinco mil ligações, responde por 24% do total seguido por Minas, Goiás e Bahia. Os assuntos mais abordados são o kit tecnológico, a merenda, o livro didático e o transporte escolar.

O ministro Paulo Renato considera excelente o relacionamento de sua equipe com a imprensa e o Congresso, acha que o programa de educação básica vai bem, mas prevê dificuldades no relacionamento com as universidades. Acredita mesmo que a greve do funcionalismo por melhores salários, marcada para o dia 14 de abril, será puxada pelo pessoal universitário. Diz:

— Ao longo dos anos de inflação, o orçamento das universidades federais era uma peça de ficção. Quando acabava o dinheiro, pedia-se um crédito extraordinário ao Congresso. Os reitores gastavam o que entendiam ser necessário, davam aumentos aos funcionários e mandavam a conta para Brasília. Agora, com inflação baixa, o planejamento orçamentário tem de ser muito mais rígido. Embora o orçamento de 1996 não corresponda exatamente à realidade, os créditos extraordinários terão de ser muito bem justificados e serão muito mais difíceis de se conseguir.

— O que nós propomos é que se destinem às universidades públicas recursos equivalentes aos de 1994, que foi um ano de ouro, e que cada uma assuma a gestão total de seu dinheiro, sabendo que se exagerar nos gastos não terá um socorro extra. É isto que entendendo por autonomia universitária plena e é dessa autonomia que os reitores têm medo.

— Em relação às universidades particulares que quiserem receber recursos federais, elas também terão de se tornar autônomas de seus donos. Terão de ter todos os conselhos previstos na lei funcionando regularmente. Tanto umas como as outras terão de aceitar serem avaliadas.

A resistência às avaliações dos cursos de graduação é um dos mais vergonhosos aspectos do corporativismo acadêmico brasileiro. As avaliações dos cursos de pós-graduação, feitas pela Capes, nasceram com os próprios cursos e, por isso, são aceitas e os resultados não são contestados. No entanto, atingem um número reduzido de alunos de um número mais reduzido ainda de centros de estudo.

Recusar-se a mudar é uma generalizada característica das elites corporativas. Acontece no Congresso, no Judiciário, no Executivo e, também, nas matrizes do saber novo, que deveriam ser as universidades.